PsiPorã
Revista do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFGD

# ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO NO PÓS-COVID 19, E O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

# PROFESSIONAL PERFORMANCE OF SOCIAL WORKERS IN THE BRAZILIAN JUDICIARY IN THE POST-COVID-19 ERA, AND THE STUDY OF SOCIAL REPRESENTATIONS

# DESEMPEÑO PROFESIONAL DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN EL PODER JUDICIAL BRASILEÑO EN LA ERA POST-COVID-19 Y EL ESTUDIO DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES

***Marina Roland Arcuri Ribeiro***[1]

**Resumo:** Diversas são áreas do conhecimento empregadas na análise dos impactos das políticas de distanciamento social da Pandemia Covid-19 sobre a atuação das instituições públicas e privadas no entorno do planeta, além das mudanças implantadas no trabalho e nos processos internos das mais diversas organizações desde então. Este trabalho, no âmbito da Psicologia Social, tem como objetivo realizar uma revisão de literatura focada na atuação profissional dos assistentes sociais no judiciário brasileiro, com ênfase nos períodos imediatamente anterior e posterior à eclosão da pandemia de Covid-19, partindo-se do pressuposto de que a análise desse cenário laborativo torna-se especialmente relevante quando examinada sob o prisma metodológico da Psicologia Organizacional, área voltada à compreensão de como as estruturas e dinâmicas do ambiente de trabalho influenciam diretamente a saúde mental, a subjetividade e a eficácia dos profissionais. A investigação aqui apresentada servirá como base a uma investigação de campo envolvendo a percepção de Assistentes Sociais Judiciários sobre variações em sua carga de trabalho durante a pandemia. O estudo aponta que as mudanças operacionais implementadas, como os atendimentos online e as parcerias interinstitucionais, mostraram-se eficientes e devem ser mantidas e aperfeiçoadas, sendo, contudo, fundamental investir massivamente na capacitação contínua dos profissionais, oferecendo-lhes ferramentas e conhecimentos atualizados para lidar com as sequelas específicas do contexto pandêmico.
**Palavras-chave:** Assistentes Sociais Judiciários; Pandemia Covid-19; Distanciamento Social; Representações Sociais do Trabalho.

**Abstract:** Several areas of knowledge are employed in the analysis of the impacts of the social distancing policies of the Covid-19 Pandemic on the performance of public and private institutions around the world, in addition to the changes implemented in the work and internal processes of the most diverse organizations since then. This work, within the scope of Social Psychology, aims to conduct a literature review focused on the professional performance of social workers in the Brazilian judiciary, with emphasis on the periods immediately before and after the outbreak of the Covid-19 pandemic, based on the assumption that the analysis of this work scenario becomes especially relevant when examined from the methodological perspective of Organizational Psychology, an area focused on understanding how the structures and dynamics of the work environment directly influence the mental health, subjectivity, and effectiveness of professionals. The investigation presented here will serve as a basis for a field investigation involving the perception of Judicial Social Workers regarding variations in their workload during the pandemic. The study indicates that the operational changes implemented, such as online services and inter-institutional partnerships, have proven

[1] Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, TJRJ, Petrópolis, RJ, Brasil. E-mail: marinaroland@tjrj.jus.br, ORCID https://orcid.org/0009-0009-1966-2593

efficient and should be maintained and improved. However, it is essential to invest heavily in the continuous training of professionals, providing them with updated tools and knowledge to deal with the specific consequences of the pandemic context.
**Keywords:** Judicial Social Workers; Covid-19 Pandemic; Social Distancing; Social Representations of Work.

**Resúmen**: Diversas áreas del conocimiento se emplean en el análisis de los impactos de las políticas de distanciamiento social de la pandemia de Covid-19 en el desempeño de las instituciones públicas y privadas de todo el mundo, además de los cambios implementados en el trabajo y los procesos internos de las más diversas organizaciones desde entonces. Este trabajo, dentro del ámbito de la Psicología Social, tiene como objetivo realizar una revisión bibliográfica centrada en el desempeño profesional de los trabajadores sociales en el poder judicial brasileño, con énfasis en los periodos inmediatamente anteriores y posteriores al brote de la pandemia de Covid-19, partiendo de la premisa de que el análisis de este escenario laboral cobra especial relevancia al examinarlo desde la perspectiva metodológica de la Psicología Organizacional, un área enfocada en comprender cómo las estructuras y dinámicas del entorno laboral influyen directamente en la salud mental, la subjetividad y la efectividad de los profesionales. La investigación aquí presentada servirá de base para una investigación de campo sobre la percepción de los trabajadores sociales judiciales respecto a las variaciones en su carga de trabajo durante la pandemia. El estudio indica que los cambios operativos implementados, como los servicios en línea y las alianzas interinstitucionales, han demostrado ser eficaces y deben mantenerse y mejorarse. Sin embargo, es fundamental invertir considerablemente en la formación continua de los profesionales, proporcionándoles herramientas y conocimientos actualizados para afrontar las consecuencias específicas del contexto pandémico.
**Palabras clave:** Trabajadores Sociales Judiciales; Pandemia de Covid-19; Distanciamiento Social; Representaciones Sociales del Trabajo.

Profissão regulamentada e composta de milhares de trabalhadores especializados, o Serviço Social tem como um de seus principais espaços de atuação no Brasil o Poder Judiciário, no qual atua formalmente como auxiliar dos Juízes desde a década de 1940, sendo deste então a participação mais frequente dos Assistentes Sociais nos processos em tramitação nas Varas de Família, além de processos nas Varas de Infância e Juventude, muitas das quais contam com as chamadas Equipes Profissionais, formadas por Psicólogos, Assistentes Sociais e outros profissionais cuja missão envolve, entre outras, a elaboração do Estudo Social, na forma de relatórios, laudos e pareceres sociais, de maneira a oferecer suporte ao magistrado para tomada de decisão acerca da vida dos sujeitos envolvidos (Góis & Oliveira, 2019; Fávero, 2013; Pismel, 1979; Fávero et al., 2008; Chuairi, 2001; Borgianni, 2013).

Com a adoção em massa de atividades no modo ‘teletrabalho’ a partir da Pandemia Covid-19, as Equipes Técnicas em atuação nas inúmeras Varas de Família ao longo do território brasileiro, observaram um brusco aumento na sua carga de trabalho, devido a fenômenos diversos, como por exemplo um aumento importante no número de divórcios ocorridos no período pandêmico, entre outros, além das dificuldades próprias em exercer o trabalho social com as famílias, antes exercido presencialmente, tendo que utilizar ferramentas de videoconferência (Beckman, 2022; Braga, 2021; CFESS; 2020).

O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura focada na atuação profissional dos assistentes sociais no judiciário brasileiro, com ênfase nos períodos imediatamente anterior e posterior à eclosão da pandemia de Covid-19 (Lanza et al., 2021), partindo-se do pressuposto de que a análise desse cenário laborativo torna-se especialmente relevante quando examinada sob o prisma metodológico da Psicologia Organizacional, área voltada à compreensão de como as estruturas e dinâmicas do ambiente de trabalho influenciam diretamente a saúde mental, a subjetividade e a eficácia dos profissionais (Moscovici, 2012).

Nesse sentido, o estudo tem como principal suporte teórico a teoria das representações sociais, visando introduzir uma discussão teórica que permita investigar de que maneira esses trabalhadores coletivamente significam, processam e relatam as recentes e drásticas transformações em seu cotidiano operacional (Moscovici, 2012), compreendendo-se, no âmbito desta investigação, que as variáveis organizacionais, a pressão por produtividade e as frequentes adversidades institucionais vivenciadas no sistema de justiça incidem de forma direta e estrutural na qualidade da avaliação técnica fornecida aos magistrados e, por consequência, na efetividade da prestação jurisdicional oferecida aos cidadãos em situação de vulnerabilidade (Borgianni, 2013).

## A Dimensão do Serviço Social na Justiça Brasileira

Para dimensionar de maneira adequada a amplitude e a complexidade do campo de atuação do Assistente Social Judiciário, é preciso observar inicialmente o imenso volume de demandas absorvidas pelas varas de família no sistema de justiça brasileiro contemporâneo. Atualmente, o país conta com um contingente quase duas mil varas judiciais detentoras de competência exclusiva ou concorrente para julgar litígios na área de direito de família. Além disso, os dados do relatório anual '*Justiça em Números*' do Conselho Nacional de Justiça, mostram um universo superior a oitenta milhões de processos judiciais em tramitação nacional, dentre os quais as ações relativas ao direito de família figuram consistentemente entre os cinco assuntos mais demandados pela sociedade perante o Estado (CNJ, 2024).

Essa alta litigiosidade crônica gera uma média anual de ingresso de milhares de novos casos para cada vara, impactando a celeridade do sistema e resultando em um tempo médio de tramitação que alcança cerca de 2 anos e 8 meses por processo, sendo que nas Varas de Família os litígios mais frequentes são as ações de fixação, revisão e execução de pensão alimentícia, os divórcios litigiosos, as dissoluções de união estável, bem como os processos de regulamentação de guarda, convivência parental e investigação de paternidade (CNJ, 2024).

Nesse cenário caracterizado por intensa conflituosidade relacional e familiar, a intervenção especializada do Assistente Social torna-se fundamental para subsidiar as tomadas de decisão do juízo (Fávero, 2013). Atuando em diversas frentes probatórias, como

disputas acirradas de guarda, suspeitas de alienação e processos de adoção, o profissional realiza estudos sociais rigorosos e emite laudos periciais que contextualizam a realidade socioeconômica, cultural e afetiva das partes envolvidas (Borgianni, 2012).

O Serviço Social atua na área sociojurídica rompendo com visões estritamente legalistas ou populistas, buscando compreender a família não como uma abstração, mas a partir de suas novas, diversas e reais configurações contemporâneas (Borgianni, 2013; Pocay & Alpoin, 2006). Em diálogo constante e salutar com a Psicologia, esses profissionais constroem saberes interdisciplinares imprescindíveis para a garantia de direitos civis e sociais no rigoroso âmbito do judiciário (Fávero, Melão, & Jorge, 2008). Contudo, o exercício profissional enfrenta desafios constantes, especialmente no tocante às frequentes requisições institucionais de caráter conservador ou meramente fiscalizatório, o que exige do assistente social uma permanente resistência ética e teórica para não atuar como um mero braço punitivo do Estado (Fávero, 2018; Gois & Oliveira, 2019).

Essa modalidade técnica de intervenção, iniciada no país há décadas, consolida-se hoje como elemento processual probatório vital para evitar decisões judiciais descontextualizadas ou reprodutoras de desigualdades estruturais (Pismel, 1979).

Para compreender a estrutura de respostas oferecida pelo Estado a essas demandas volumosas e sensíveis, é pertinente mapear o tamanho atual da força de trabalho do Serviço Social atuante no país e, especificamente, na esfera restrita da justiça. O Brasil possui hodiernamente um expressivo contingente superior a duzentos e quarenta mil assistentes sociais devidamente habilitados, registrados e ativos perante seus conselhos de classe (CFESS, 2022). Desse vultoso total, milhares de profissionais encontram-se lotados nos quadros formais do Poder Judiciário, compondo equipes técnicas multidisciplinares essenciais para o andamento dos processos nas varas especializadas (CFESS, 2022).

Observa-se, no entanto, uma grande heterogeneidade e crescente precarização nas formas estruturais de contratação desses trabalhadores responsáveis pelos Pareceres, Relatórios, e Laudos Sociais (CFESS, 2022). Se por um lado existem os servidores efetivos, aprovados mediante rigorosos concursos públicos e amparados pela estabilidade estatutária, por outro cresce consideravelmente o número de profissionais submetidos a vínculos administrativos fragilizados (CFESS, 2022). Tem sido comum a presença de assistentes sociais judiciários contratados de forma temporária, profissionais cedidos a contragosto por prefeituras municipais conveniadas, equipes terceirizadas ou mesmo peritos nomeados "*ad hoc*" para atuar em casos específicos, o que impacta diretamente a continuidade, a autonomia e as condições estruturais do fazer profissional forense (CFESS, 2022).

Esse panorama estrutural, já historicamente tensionado pela escassez de recursos, sofreu um forte agravamento a partir da eclosão global da pandemia de Covid-19, período atípico que determinou um súbito e severo aumento na carga de trabalho dos assistentes sociais judiciários (Lanza et al., 2021). As medidas sanitárias obrigatórias de distanciamento e

isolamento social acabaram por acirrar conflitos intrafamiliares preexistentes e elevaram drasticamente os tristes índices de violência doméstica, o que gerou uma rápida explosão no número de novas ações judiciais distribuídas nas varas de família (Lanza et al., 2021).

Consequentemente, multiplicaram-se as demandas de magistrados por avaliações, pareceres, escutas e relatórios sociais em caráter de extrema urgência, impondo um ritmo laboral francamente exaustivo e sem precedentes (Lima, 2021). A abrupta e improvisada migração para o regime de teletrabalho, orientada emergencialmente por diretrizes do próprio conselho de classe para resguardar a vida, transferiu indevidamente os altos custos operacionais para as residências dos trabalhadores e gerou consideráveis limitações metodológicas na captação profunda da realidade fática dos usuários do sistema (Conselho Federal de Serviço Social, 2020).

Essa somatória perigosa de pressões produtivistas irreais e precarização tecnológica resultou em profundos impactos psicossociais e no inegável adoecimento ocupacional de muitos desses profissionais atuantes na linha de frente (Braga, 2021). Ademais, investigações científicas recentes indicam que a ausência repentina do atendimento presencial e acolhedor nos fóruns dificultou sobremaneira o acesso irrestrito à justiça para a parcela da população mais carente, evidenciando as profundas contradições da recém-inaugurada justiça digital (Beckman, 2022).

Considerando a imensa relevância social dessa categoria profissional e a alta complexidade do desgaste laboral imposto pelos novos arranjos de trabalho no judiciário pandêmico, justifica-se plenamente a opção metodológica por analisar essas condições mediante a aplicação da teoria das representações sociais, consolidada por Serge Moscovici (Moscovici, 2012).

Tal referencial teórico sociológico e psicológico possibilita investigar não apenas os frios dados objetivos de adoecimento funcional, mas sobretudo a maneira como o grupo profissional assimila, compreende e compartilha significados subjetivos sobre seu próprio trabalho em duros tempos de crise institucional e sanitária (Moscovici, 2012). Para operacionalizar de forma analiticamente rigorosa o acesso a essas complexas representações e sentimentos da categoria, a pesquisa adotará como vetor instrumental a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefèvre & Lefèvre, 2003).

Esse enfoque metodológico altamente inovador na pesquisa qualitativa permite compilar, processar e categorizar fragmentos reais de discursos individuais para identificar ancoragens, ideias centrais e expressões-chave de um determinado estrato social (Lefèvre & Lefèvre, 2003). O resultado prático dessa tabulação científica apurada é a redação final de um discurso síntese coerente, convencionalmente emitido na primeira pessoa do singular, que não representa de forma alguma a opinião de um indivíduo isolado, mas sim a voz unificada e as representações autênticas e coletivas da própria classe dos assistentes sociais sobre as agruras, pressões e resistências do seu vital ofício sociojurídico (Lefèvre & Lefèvre, 2003).

**Teorias Fundamentais que Embasam a Prática do Serviço Social**

As principais teorias fundamentais que embasam a prática do serviço social nas Varas de Família ao longo da pandemia de COVID-19 aqui apresentadas, partem de abordagem sistêmica e interdisciplinar. Nesse sentido, destacam-se as teorias do ciclo de vida familiar, que buscam compreender o desenvolvimento das famílias ao longo do tempo e suas interações com o contexto social e cultural. Além disso, as teorias do trabalho social com grupos e comunidades também são relevantes, pois enfatizam a importância da participação coletiva e da mobilização social para a promoção de mudanças sociais (Vitali & Poltis, 2021).

A pandemia de COVID-19 impactou significativamente o aumento das demandas para o serviço social na Vara de Família. Com as medidas de distanciamento social e restrições impostas para conter a propagação do vírus, muitas famílias enfrentaram dificuldades financeiras, perda de emprego, violência doméstica e problemas relacionados à saúde mental. Esses novos desafios exigiram uma atuação mais intensa dos assistentes sociais, que precisaram adaptar suas práticas às novas demandas emergentes (Adjuto, 2023).

Os assistentes sociais na Vara de Família enfrentaram diversos desafios diante do aumento das demandas após a pandemia de COVID-19. Dentre eles, destacam-se a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos materiais e humanos adequados, além da necessidade de lidar com situações complexas e delicadas envolvendo questões familiares. Além disso, a falta de capacitação específica para lidar com os impactos da pandemia também se mostrou um obstáculo para esses profissionais (Beckman, 2022).

Para lidar com o aumento das demandas após a pandemia de COVID-19, os assistentes sociais na Vara de Família adotaram diversas estratégias. Entre elas, destacam-se a utilização de tecnologias da informação e comunicação para realizar atendimentos remotos, a articulação com outros profissionais e instituições para ampliar as redes de apoio às famílias e a busca por parcerias com organizações da sociedade civil para garantir o acesso a recursos e serviços necessários (Lima, 2022).

As famílias atendidas pelo serviço social na Vara de Família enfrentaram diversos impactos emocionais e psicossociais durante a pandemia de COVID-19. O isolamento social, o medo da contaminação, as perdas financeiras e a convivência intensa em um ambiente restrito foram alguns dos fatores que contribuíram para o aumento do estresse, ansiedade e conflitos familiares. Nesse contexto, o serviço social desempenhou um papel fundamental no acolhimento dessas famílias, oferecendo suporte emocional, orientações práticas e encaminhamentos para serviços especializados quando necessário (Cruz, 2023).

A interdisciplinaridade se tornou ainda mais importante na prática do serviço social na Vara de Família diante do aumento das demandas após a pandemia de COVID-19. A complexidade das situações vivenciadas pelas famílias requer uma abordagem integrada, que envolva diferentes áreas do conhecimento, como psicologia, direito, saúde e educação. A troca

de saberes entre os profissionais dessas áreas possibilita uma compreensão mais ampla das demandas apresentadas pelas famílias e a construção de respostas mais efetivas e adequadas (Gomes, 2022).

É necessário investir na capacitação dos assistentes sociais para lidar com as demandas emergentes, fortalecer as redes de apoio e parcerias com outras instituições, além de garantir recursos adequados para o desenvolvimento das atividades. Além disso, é fundamental promover ações preventivas e políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociais e fortalecer os vínculos familiares, contribuindo para a promoção do bem-estar das famílias atendidas pelo serviço social na Vara de Família (Nakamura, 2022).

## Abordagem de Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais de Moscovici é uma abordagem amplamente utilizada na compreensão das mudanças nas demandas para o Serviço Social na Vara de Família após a pandemia de COVID-19. Essa teoria busca entender como as pessoas constroem e compartilham significados sociais, influenciando suas percepções, atitudes e comportamentos em relação a determinado tema. No contexto da pandemia, as representações sociais sobre o Serviço Social na Vara de Família podem ter se modificado, refletindo a necessidade de adaptação às novas demandas e desafios enfrentados (Araújo, 2021).

Os principais desafios enfrentados pelo Serviço Social na Vara de Família após a pandemia incluem o aumento significativo das demandas por atendimento, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de adaptação às novas formas de atuação. Com o isolamento social e as restrições impostas pela pandemia, muitas famílias passaram a enfrentar dificuldades financeiras, violência doméstica e conflitos familiares intensificados. Isso resultou em um aumento expressivo da procura pelo Serviço Social na Vara de Família, exigindo uma resposta eficiente por parte dos profissionais (Dias & Graupe, 2023).

Para lidar com o aumento das demandas após a pandemia, o Serviço Social na Vara de Família adotou diversas estratégias. Uma delas foi a implementação de atendimentos online, permitindo que os assistentes sociais pudessem continuar prestando assistência às famílias mesmo durante o período de isolamento social. Além disso, houve um fortalecimento da rede de apoio, com parcerias estabelecidas com outras instituições, como centros de saúde, abrigos e organizações não governamentais. Essas parcerias foram fundamentais para ampliar o suporte oferecido às famílias em situação de vulnerabilidade (Sztjan, Vera & Nóbrega, 2020).

Os impactos da pandemia no trabalho do Serviço Social na Vara de Família foram significativos. Houve um aumento expressivo da violência doméstica, uma vez que as famílias passaram a conviver em um ambiente mais restrito e sob maior pressão emocional. Além disso, os conflitos familiares se intensificaram devido ao estresse causado pela pandemia. Isso

exigiu dos assistentes sociais intervenções mais complexas, que envolviam não apenas o atendimento direto às famílias, mas também a articulação com outros profissionais e serviços para garantir proteção e bem-estar dos envolvidos (Marques, 2020).

As representações sociais em relação ao Serviço Social na Vara de Família também sofreram mudanças após a pandemia. Houve uma valorização do papel dos assistentes sociais, que passaram a ser reconhecidos como profissionais essenciais no enfrentamento das demandas sociais decorrentes da crise sanitária. A conscientização sobre a importância do trabalho social no contexto se tornou evidente, destacando-se a necessidade de fortalecer e investir na área para garantir uma resposta eficiente às demandas emergentes (Paula, 2022).

Para lidar com o aumento das demandas para o Serviço Social na Vara de Família após a pandemia, algumas soluções são propostas. É fundamental investir em capacitação profissional, oferecendo aos assistentes sociais ferramentas e conhecimentos atualizados para lidar com os desafios específicos desse contexto. Além disso, é necessário ampliar o quadro de assistentes sociais, garantindo uma maior disponibilidade de profissionais para atender às demandas crescentes. (Lima, 2021).

As mudanças implementadas, como os atendimentos online e as parcerias estabelecidas, mostraram-se eficientes e devem ser mantidas para garantir um atendimento eficaz e de qualidade. Além disso, é fundamental fortalecer as redes de apoio, promovendo a integração entre os diferentes serviços e profissionais envolvidos no cuidado das famílias em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, será possível enfrentar os desafios decorrentes da pandemia e promover a proteção social das famílias na Vara de Família (Carvalho, 2022).

## Influência do Meio Social

A compreensão da influência do meio social na demanda por serviços sociais na Vara de Família é de extrema importância para a atuação dos assistentes sociais nesse contexto. O meio social, entendido como o conjunto de relações e condições em que as famílias estão inseridas, exerce uma influência significativa nas dinâmicas familiares e pode afetar diretamente a demanda por serviços sociais. A compreensão dessas influências permite aos assistentes sociais identificarem os principais desafios enfrentados pelas famílias e desenvolver estratégias adequadas para lidar com essas demandas (Gomes, 2023).

O meio social pode afetar as relações familiares de diversas maneiras, o que consequentemente aumenta as demandas para o Serviço Social na Vara de Família. Por exemplo, situações de vulnerabilidade social, como desemprego, violência doméstica e falta de acesso a serviços básicos, podem gerar conflitos familiares e fragilizar os vínculos entre seus membros. Além disso, a falta de suporte social e comunitário pode dificultar a resolução desses conflitos e levar as famílias a buscarem auxílio no sistema judiciário (Schwantes & Spengler, 2023).

Os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais ao lidar com as demandas decorrentes do aumento das dificuldades sociais após a pandemia de COVID-19 são diversos. Primeiramente, há um aumento significativo no número de famílias em situação de vulnerabilidade social, o que sobrecarrega os serviços sociais disponíveis. Além disso, as restrições impostas pela pandemia dificultam o acesso das famílias aos recursos necessários para enfrentar suas dificuldades, como emprego e moradia. (Rios, 2020).

Para lidar com o aumento das demandas na Vara de Família, considerando a influência do meio social, os assistentes sociais utilizam diversas estratégias. Uma delas é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio da promoção de espaços de diálogo e apoio mútuo. Além disso, são desenvolvidas ações de capacitação e orientação para as famílias, visando fortalecer suas habilidades e recursos para enfrentar as dificuldades. Também são estabelecidas parcerias com outras instituições e serviços sociais, buscando ampliar a rede de suporte disponível para as famílias (Nakano, Roza & Oliveira, 2021).

A pandemia de COVID-19 tem gerado impactos significativos no contexto familiar, o que tem resultado em um aumento nas demandas para o Serviço Social na Vara de Família. As restrições impostas pelo distanciamento social têm levado ao aumento do desemprego e da instabilidade econômica das famílias, além de intensificar situações de violência doméstica. Além disso, a necessidade de isolamento social pode gerar sentimentos de solidão e ansiedade nas famílias, afetando negativamente sua dinâmica relacional (Costa, 2021).

A atuação do Serviço Social na Vara de Família é fundamental para promover a proteção e garantia dos direitos das famílias em situação de vulnerabilidade social. Os assistentes sociais têm como objetivo principal promover o bem-estar das famílias, por meio do fortalecimento de seus vínculos e da garantia de acesso a serviços e recursos necessários para sua sobrevivência e desenvolvimento. Além disso, o Serviço Social atua na mediação de conflitos familiares e na promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo (Araújo, 2022).

A necessidade de políticas públicas efetivas que considerem a influência do meio social na demanda por serviços sociais na Vara de Família é fundamental para garantir uma resposta adequada às necessidades das famílias afetadas pela pandemia. Essas políticas devem contemplar medidas de proteção social, como a ampliação do acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda, além do fortalecimento dos serviços sociais disponíveis. Além disso, é necessário investir em ações preventivas, como programas de capacitação profissional e educação familiar, visando reduzir as vulnerabilidades sociais e fortalecer os laços familiares (Itaboraí, 2020).

## Psicologia Social Comprometida Com a Realidade

A psicologia social comprometida com a realidade desempenha um papel fundamental na compreensão das demandas para o serviço social na Vara de Família após a pandemia de

COVID-19. Nesse contexto, é necessário considerar as implicações psicossociais da crise sanitária e suas consequências nas relações familiares. A psicologia social comprometida com a realidade busca compreender as dinâmicas sociais e os processos psicológicos que influenciam as demandas para o serviço social, levando em conta as condições socioeconômicas, culturais e políticas dos indivíduos e famílias envolvidos (Barreto, Torres & Amaral, 2021).

As principais mudanças nas demandas para o serviço social na Vara de Família após a pandemia de COVID-19 estão relacionadas à intensificação dos conflitos familiares, ao aumento da violência doméstica e às dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias. A restrição de movimentação imposta pelo isolamento social contribuiu para o aumento das tensões no ambiente familiar, resultando em um maior número de casos que necessitam da intervenção do serviço social. Além disso, a perda de empregos e a redução da renda familiar geraram uma demanda por assistência financeira e orientação sobre recursos disponíveis (Souza, 2021).

Diante do aumento das demandas após a pandemia de COVID-19, o serviço social na Vara de Família enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é lidar com a sobrecarga de trabalho decorrente do aumento significativo no número de casos atendidos. Além disso, os profissionais precisam estar preparados para lidar com situações complexas e delicadas, como casos de violência doméstica e abuso infantil. A falta de recursos e a dificuldade de acesso a serviços especializados também representam desafios para o serviço social na Vara de Família (Serafim, 2023).

Para enfrentar o aumento das demandas após a pandemia de COVID-19, o serviço social na Vara de Família adota diversas estratégias. Uma delas é a ampliação do atendimento remoto, por meio de plataformas digitais, visando garantir o acesso aos serviços mesmo durante o período de isolamento social. Além disso, são realizadas parcerias com outras instituições, como centros de saúde e organizações não governamentais, para ampliar a oferta de serviços e recursos disponíveis às famílias. A capacitação dos profissionais também é uma estratégia adotada, visando fortalecer suas habilidades no atendimento às demandas específicas decorrentes da pandemia (Scherer, Valls & Campos, 2020).

O aumento das demandas para o serviço social na Vara de Família após a pandemia de COVID-19 tem impactos significativos tanto para os profissionais quanto para os usuários do serviço. Para os profissionais, há um desgaste emocional e físico decorrente da intensificação do trabalho e da exposição a situações complexas. Além disso, a falta de recursos adequados pode comprometer a qualidade do atendimento prestado. Já para os usuários do serviço, os impactos podem ser sentidos no aumento do estresse familiar, na dificuldade em acessar recursos financeiros e na necessidade de lidar com situações traumáticas (Cunha Júnior, 2022).

A interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental no trabalho do serviço social na Vara de Família diante do aumento das demandas após a pandemia de COVID-19. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas, como psicologia, direito e assistência social, permite uma abordagem mais abrangente e integrada dos problemas enfrentados pelas famílias. A troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais contribui para a construção de soluções mais efetivas e adequadas às necessidades das famílias atendidas (Kolody & Fiuza, 2023).

Diante dos desafios e impactos do aumento das demandas para o serviço social na Vara de Família após a pandemia de COVID-19, é necessário adotar medidas e soluções que possam enfrentar esses problemas de forma efetiva. Uma possível solução é o fortalecimento da rede de proteção social, por meio da articulação entre diferentes instituições governamentais e não governamentais. Além disso, investimentos em capacitação profissional e melhoria das condições de trabalho são medidas importantes para garantir a qualidade do atendimento prestado. A criação de políticas públicas específicas para lidar com as demandas decorrentes da pandemia também se faz necessária, visando garantir o acesso aos direitos sociais básicos das famílias afetadas (Guimarães, 2022).

**Funções e Responsabilidades dos Assistentes Sociais nas Varas de Família**

As principais funções e responsabilidades dos assistentes sociais nas Varas de Família antes da pandemia de COVID-19 eram amplas e abrangentes. Esses profissionais atuavam como mediadores entre as partes envolvidas em processos judiciais relacionados a questões familiares, como divórcio, guarda de crianças e pensão alimentícia. Além disso, eles realizavam entrevistas com as partes para coletar informações relevantes para o processo, investigavam denúncias de violência doméstica e elaboravam relatórios sociais que subsidiavam as decisões judiciais. Também era responsabilidade dos assistentes sociais acompanhar os casos após a sentença, monitorando o cumprimento das determinações judiciais e oferecendo suporte emocional às famílias envolvidas (Furtado & Andriolli, 2021).

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no aumento das demandas para o serviço social nas Varas de Família. Com as medidas de isolamento social e restrições impostas para conter a propagação do vírus, muitas famílias enfrentaram dificuldades financeiras, conflitos conjugais intensificados e aumento da violência doméstica. Isso resultou em um aumento expressivo no número de processos relacionados a questões familiares nas Varas, demandando uma maior atuação dos assistentes sociais (Santos, 2021).

Os assistentes sociais enfrentaram diversos desafios ao lidar com o aumento das demandas após a pandemia de COVID-19. A sobrecarga de trabalho foi um dos principais obstáculos enfrentados por esses profissionais, que precisaram lidar com um volume maior de casos sem um aumento proporcional na equipe. Além disso, a necessidade de adaptação às

novas tecnologias e modalidades de atendimento remoto também representou um desafio, uma vez que muitas famílias não tinham acesso adequado à internet ou dispositivos eletrônicos (Santos, 2022).

Para lidar com o aumento das demandas nas Varas de Família após a pandemia de COVID-19, os assistentes sociais adotaram diversas estratégias. Uma delas foi a ampliação do uso de ferramentas digitais para realizar entrevistas e acompanhamentos remotos, garantindo assim a continuidade dos serviços prestados. Além disso, houve um esforço em estabelecer parcerias com outras instituições e profissionais, como psicólogos e advogados, visando uma atuação interdisciplinar e integrada no atendimento às famílias (Piedade, 2020).

Os impactos emocionais e psicológicos enfrentados pelos assistentes sociais ao lidar com as demandas relacionadas à família durante a pandemia de COVID-19 foram significativos. O contato constante com situações de conflito familiar, violência doméstica e dificuldades financeiras pode gerar estresse, ansiedade e exaustão emocional nos profissionais. A falta de recursos adequados para lidar com esses impactos também contribuiu para o desgaste emocional da equipe (Santos, 2022).

O trabalho em equipe e a interdisciplinaridade são fundamentais na atuação dos assistentes sociais nas Varas de Família após a pandemia de COVID-19. A complexidade das demandas exige uma abordagem multidisciplinar, que envolva diferentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer um suporte integral às famílias. A troca de informações, a articulação de ações e a construção de redes de apoio são essenciais para garantir uma atuação efetiva e abrangente (Beckman, 2022).

É esperado que o volume de processos continue elevado, exigindo uma maior capacitação e qualificação dos assistentes sociais. Além disso, é necessário investir em recursos tecnológicos e estruturais para garantir um atendimento eficiente e acessível às famílias. A criação de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência doméstica e promoção do bem-estar familiar também se mostra fundamental nesse contexto (Coutinho, 2022).

## Mediação e Resolução de Conflitos Familiares

A mediação e resolução de conflitos familiares têm se tornado uma demanda crescente para o Serviço Social na Vara de Família após a pandemia de COVID-19. Isso se deve ao fato de que as restrições impostas pelo distanciamento social e as consequências econômicas da crise sanitária têm gerado um aumento significativo nos conflitos intrafamiliares. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social torna-se fundamental para auxiliar na busca por soluções pacíficas e equitativas, visando à preservação dos vínculos familiares e ao bem-estar dos envolvidos (Espindola, 2021).

No entanto, os profissionais do Serviço Social enfrentam diversos desafios ao lidar com o aumento das demandas para a mediação e resolução de conflitos familiares após a pandemia. Entre eles, destaca-se a necessidade de adaptação às novas formas de trabalho remoto e à utilização de tecnologias digitais para realizar as intervenções. Além disso, é preciso lidar com a complexidade dos casos apresentados, que muitas vezes envolvem questões jurídicas, emocionais e sociais interligadas (Araújo, 2021).

Para fazer frente aos desafios impostos pela pandemia, o Serviço Social na Vara de Família tem adotado estratégias como a implementação de novos métodos de mediação online. Essa abordagem permite ampliar o acesso aos serviços oferecidos, facilitando o diálogo entre as partes envolvidas mesmo em situações em que o distanciamento físico é necessário. Além disso, essa modalidade possibilita uma maior flexibilidade nos horários das sessões, contribuindo para a conciliação das agendas dos envolvidos (Cunha Júnior, 2022).

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma série de impactos emocionais e psicológicos para as famílias, o que influencia diretamente nos conflitos familiares e na necessidade de intervenção do Serviço Social. O isolamento social, o medo da contaminação, as dificuldades financeiras e a convivência intensa em um mesmo espaço têm gerado um aumento nas tensões intrafamiliares. Nesse sentido, os profissionais do Serviço Social precisam estar preparados para lidar com questões como ansiedade, depressão, violência doméstica e desestruturação familiar (Lima, 2021).

Diante do aumento das demandas para a mediação e resolução de conflitos familiares após a pandemia, torna-se ainda mais importante investir na capacitação dos profissionais do Serviço Social nessa área específica. É fundamental que eles possuam conhecimentos teóricos e práticos sobre técnicas de mediação, negociação e resolução de conflitos familiares. Além disso, é necessário que estejam atualizados sobre as legislações pertinentes e tenham habilidades de comunicação efetiva e empatia para lidar com as diferentes situações apresentadas (Cavalcanti, 2022).

Para lidar com o aumento das demandas, o Serviço Social na Vara de Família pode buscar soluções e alternativas como parcerias com outras instituições. A colaboração com organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa pode contribuir para a troca de experiências, ampliação do conhecimento técnico-científico e fortalecimento das práticas desenvolvidas. Além disso, a ampliação da equipe técnica também se mostra necessária para dar conta do volume de demandas e garantir um atendimento de qualidade (Gomes, 2022).

## Promoção do Bem-Estar Familiar

A promoção do bem-estar familiar emerge como uma estratégia fundamental para lidar com o aumento de demandas para o Serviço Social na Vara de Família após a pandemia de

COVID-19. Nesse contexto, é essencial compreender que as famílias enfrentaram diversas dificuldades durante esse período, o que impactou suas necessidades e demandas por assistência social. A falta de acesso a recursos básicos, como alimentação adequada e moradia digna, bem como a perda de empregos e renda, contribuíram para um cenário de vulnerabilidade social. Além disso, as restrições impostas pelo isolamento social afetaram negativamente os vínculos familiares e aumentaram os conflitos intrafamiliares (Ferreira, Araújo, Castro, et al. 2023).

As consequências negativas para as famílias que não recebem apoio adequado durante esse período de crise são significativas. A falta de suporte pode levar ao agravamento dos problemas existentes, como violência doméstica, abuso infantil e negligência. Além disso, questões relacionadas à saúde mental também se intensificam nesse contexto, com o aumento dos casos de ansiedade, depressão e estresse. O Serviço Social desempenha um papel crucial na prevenção desses problemas mais graves, por meio da identificação precoce das situações de risco e do encaminhamento adequado para serviços especializados (Cruz, 2023).

Para promover o bem-estar familiar, o Serviço Social pode adotar diversas estratégias e intervenções. A orientação psicossocial é uma delas, proporcionando às famílias informações sobre seus direitos e recursos disponíveis na comunidade. Além disso, os profissionais podem realizar encaminhamentos para serviços especializados, como assistência jurídica, psicológica e de saúde. O apoio emocional também se mostra fundamental nesse contexto, oferecendo um espaço seguro para que as famílias possam expressar suas angústias e buscar soluções conjuntas (Schwantes & Spengler, 2023).

A parceria entre o Serviço Social e outras instituições é essencial para fortalecer a rede de proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade. A colaboração com escolas permite identificar precocemente casos de crianças em risco, enquanto a articulação com hospitais possibilita o acompanhamento de famílias em situações de doença ou deficiência. Além disso, a integração com organizações da sociedade civil amplia as possibilidades de acesso a recursos e serviços complementares (Itaboraí, 2020).

A capacitação dos profissionais do Serviço Social é uma necessidade premente para lidar com as demandas específicas decorrentes da pandemia. A violência doméstica, por exemplo, tornou-se mais frequente durante o isolamento social, exigindo dos assistentes sociais habilidades específicas no acolhimento e no encaminhamento adequado das vítimas. Da mesma forma, as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias requerem conhecimentos sobre políticas públicas e programas de transferência de renda (Paula, 2022).

A promoção do bem-estar familiar no contexto pós-pandemia pode trazer impactos positivos significativos. O fortalecimento dos vínculos familiares é um desses aspectos, uma vez que a crise evidenciou a importância das relações afetivas e do apoio mútuo dentro das famílias. Além disso, a melhoria na qualidade de vida das famílias atendidas pelo Serviço Social contribui para a redução das desigualdades sociais, promovendo uma maior equidade

no acesso aos recursos e oportunidades. Dessa forma, investir na promoção do bem-estar familiar é fundamental para enfrentar os desafios impostos pela pandemia e construir uma sociedade mais justa e inclusiva (Benetti, Bugs, Pretto et al., 2021).

**Aconselhamento e Suporte Emocional**

O aconselhamento e suporte emocional são de extrema importância para as famílias que enfrentam dificuldades decorrentes da pandemia de COVID-19. Nesse contexto, as famílias estão lidando com uma série de desafios, como perda de emprego, isolamento social, ansiedade e incertezas em relação ao futuro. O aconselhamento e suporte emocional fornecidos pelos profissionais de Serviço Social na Vara de Família podem ajudar as famílias a lidar com essas dificuldades, oferecendo um espaço seguro para expressar suas emoções, obter orientação e desenvolver estratégias de enfrentamento (Furtado & Andriolli, 2021).

No entanto, os profissionais de Serviço Social na Vara de Família enfrentam diversos desafios ao oferecerem aconselhamento e suporte emocional durante a pandemia. Um dos principais desafios é a sobrecarga de trabalho, uma vez que o aumento das demandas por esses serviços requer uma maior disponibilidade dos profissionais. Além disso, a falta de recursos financeiros e materiais pode limitar a capacidade dos profissionais em fornecer um suporte adequado às famílias. Outro desafio é o acesso limitado aos serviços, especialmente para as famílias que vivem em áreas remotas ou que não possuem acesso à internet (Lima, 2022).

Para lidar com o aumento das demandas por aconselhamento e suporte emocional após a pandemia, os profissionais de Serviço Social na Vara de Família têm adotado diversas estratégias. Uma delas é a utilização de tecnologias digitais para realizar atendimentos online, garantindo assim o acesso aos serviços mesmo durante o período de isolamento social. Além disso, os profissionais têm buscado parcerias com outras instituições e organizações da comunidade para ampliar a oferta de serviços e recursos disponíveis para as famílias (Kolody & Fiuza, 2023).

Os impactos psicossociais da pandemia de COVID-19 nas famílias atendidas pelo Serviço Social na Vara de Família são significativos e influenciam diretamente a necessidade de aconselhamento e suporte emocional. As famílias estão enfrentando altos níveis de estresse, ansiedade e depressão, além de conflitos familiares e dificuldades no relacionamento conjugal. Esses impactos podem afetar negativamente o bem-estar das famílias e a qualidade dos relacionamentos familiares, tornando ainda mais importante o papel do Serviço Social na oferta desse suporte (Ávila & Leite, 2022).

As abordagens terapêuticas utilizadas pelos profissionais de Serviço Social na Vara de Família para fornecer aconselhamento e suporte emocional às famílias afetadas pela pandemia variam de acordo com as necessidades específicas de cada família. Algumas abordagens

comumente utilizadas incluem terapia familiar, terapia cognitivo-comportamental e intervenções baseadas em resiliência. Essas abordagens visam fortalecer os recursos internos das famílias, promover a comunicação saudável e desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento (Dias & Graupe, 2023).

No entanto, os profissionais de Serviço Social na Vara de Família enfrentam limitações e restrições ao oferecerem aconselhamento e suporte emocional durante a pandemia. A falta de recursos financeiros pode limitar a capacidade dos profissionais em fornecer serviços de qualidade, como a contratação de mais profissionais ou a oferta de treinamentos especializados. Além disso, o acesso limitado aos serviços, especialmente para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pode dificultar o alcance dessas famílias e a oferta de suporte adequado (Nova, 2022).

Para melhorar o acesso ao aconselhamento e suporte emocional para as famílias atendidas pelo Serviço Social na Vara de Família após a pandemia, é necessário implementar soluções e estratégias inovadoras. Uma possível solução é investir em tecnologias digitais que permitam a realização de atendimentos online, garantindo assim o acesso aos serviços mesmo para as famílias que vivem em áreas remotas. Além disso, é importante fortalecer parcerias com outras instituições e organizações da comunidade para ampliar a oferta de serviços e recursos disponíveis. (Santos, 2022).

## Considerações Finais

Este trabalho, no âmbito da Psicologia Social, teve como objetivo principal realizar uma revisão de literatura focada na atuação profissional dos assistentes sociais no judiciário brasileiro, com ênfase no períodos imediatamente anteriores e posteriores à eclosão da pandemia de Covid-19, partindo-se do pressuposto de que a análise desse cenário laborativo torna-se especialmente relevante quando examinada sob o prisma metodológico da Psicologia Organizacional, área tradicionalmente voltada à compreensão de como as estruturas e dinâmicas do ambiente de trabalho influenciam diretamente a saúde mental, a subjetividade e a eficácia dos profissionais.

Adotou-se como suporte teórico em todo o estudo a teoria das representações sociais, visando introduzir uma discussão teórica que permitisse investigar de que maneira esses trabalhadores coletivamente significam, processam e relatam as recentes e drásticas transformações em seu cotidiano operacional, compreendendo-se, no âmbito desta investigação, que as variáveis organizacionais, a pressão por produtividade e as frequentes adversidades institucionais vivenciadas no sistema de justiça incidem de forma direta e estrutural na qualidade da avaliação técnica fornecida aos magistrados e, por consequência, na efetividade da prestação jurisdicional oferecida aos cidadãos.

As análises evidenciaram que a pandemia de COVID-19 impactou significativamente o aumento das demandas para o serviço social nas Varas de Família. Com as medidas obrigatórias de distanciamento e isolamento social para conter o vírus, muitas famílias enfrentaram dificuldades financeiras, desemprego e perda de renda, fatores que contribuíram para um severo cenário de vulnerabilidade social. Esse contexto de convivência intensa em ambientes restritos acabou por acirrar os conflitos intrafamiliares preexistentes e elevou drasticamente os índices de violência doméstica. Consequentemente, multiplicaram-se as demandas de magistrados por avaliações, pareceres, escutas e relatórios sociais em caráter de extrema urgência.

Diante dessa explosão de novas ações judiciais, os assistentes sociais enfrentaram o gigantesco desafio da abrupta e improvisada migração para o regime de teletrabalho. Essa transição transferiu indevidamente os altos custos operacionais para as residências dos trabalhadores e gerou consideráveis limitações metodológicas na captação da realidade fática dos usuários do sistema. O contato presencial, essencial para a elaboração de estudos sociais rigorosos e laudos periciais que contextualizam a realidade socioeconômica, cultural e afetiva das partes envolvidas, precisou ser integralmente repensado. Somou-se a isso uma severa sobrecarga de trabalho, pois os profissionais precisaram lidar com um volume substancialmente maior de casos complexos sem um aumento proporcional na equipe. Essa somatória perigosa de pressões produtivistas irreais e precarização tecnológica resultou em profundos impactos psicossociais, gerando estresse, ansiedade, exaustão emocional e o inegável adoecimento ocupacional de muitos profissionais atuantes na linha de frente.

Apesar das severas adversidades, a categoria demonstrou notável capacidade de resistência e adaptação. Para lidar com o aumento das demandas, o Serviço Social adotou diversas estratégias de enfrentamento, destacando-se a ampliação da utilização de tecnologias da informação e ferramentas digitais para realizar entrevistas, mediações e acompanhamentos remotos, garantindo assim a continuidade dos serviços prestados. Ficou evidente também que a complexidade das situações vivenciadas exigiu uma abordagem integrada, tornando a interdisciplinaridade ainda mais importante na prática do serviço social no judiciário. A colaboração com profissionais de diferentes áreas, como psicologia e direito, possibilitou uma compreensão mais ampla das demandas e a construção de respostas mais efetivas. Além disso, houve um esforço substancial para o fortalecimento da rede de apoio, mediante o estabelecimento de parcerias estratégicas com outras instituições, centros de saúde, abrigos e organizações da sociedade civil.

A aplicação da teoria de Moscovici revelou, de forma contundente, que as representações sociais em relação ao Serviço Social na Vara de Família sofreram modificações essenciais após a pandemia. Houve uma perceptível valorização do papel dos assistentes sociais, que passaram a ser reconhecidos como profissionais verdadeiramente essenciais no enfrentamento das demandas sociais decorrentes da crise sanitária. A conscientização sobre a

importância do trabalho social no acolhimento, no aconselhamento emocional e na resolução de litígios tornou-se evidente para as instituições e para a sociedade.

Visando o futuro das relações laborais e institucionais no pós-pandemia, o estudo aponta que as mudanças operacionais implementadas, como os atendimentos online e as parcerias interinstitucionais, mostraram-se eficientes e devem ser mantidas e aperfeiçoadas. Contudo, é fundamental investir massivamente na capacitação contínua dos profissionais, oferecendo-lhes ferramentas e conhecimentos atualizados para lidar com as sequelas específicas do contexto pandêmico, a exemplo da violência de gênero e do abuso intrafamiliar. Torna-se imperativo também ampliar os quadros efetivos de assistentes sociais, garantindo disponibilidade estrutural frente às demandas que seguem crescentes, além de combater a precarização dos vínculos de trabalho no judiciário. Adicionalmente, ressalta-se a necessidade inadiável de promover políticas públicas efetivas e ações preventivas que visem reduzir as vulnerabilidades e desigualdades sociais

## Referências

Adjuto, R. N. P. (2023). *Vivências de homens privados de liberdade, pós testagem positiva para Covid-19*. http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/45963

Amorim, D. R. (2009). *O trabalho profissional do Assistente Social no poder judiciário em Manaus* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Araújo, S. (2022). *Velhos desafios, Novos dilemas: Uma discussão sobre a reintegração familiar em tempos de pandemia* [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Araújo, S. M. D. S. (2021). *Cartografia do plantão psicológico on-line na pandemia Covid 19*.

Ávila, T. P., & Leite, I. F. (2022). Desafios para o acesso à justiça pelas mulheres durante a pandemia da covid-19. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, (44), 133-153.

Barretto, E. S., Torres, M. A., & Amaral, M. V. B. (2021). *Crises da sociedade contemporânea agravada pela covid-19: cenários e perspectivas*. Editora da Universidade Federal de Alagoas.

Beckman, J. B. (2022). *Teletrabalho e acesso aos direitos: reflexões no 1º juizado especializado no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Benetti, S. A. W., Bugs, D. G., Pretto, C. R., Andolhe, R., Ammar, M., Stumm, E. M. F., & Goi, C. B. (2021). Estratégias de enfrentamento da COVID-19 no cárcere: relato de experiência. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46, e30.

Borgianni, E. (2012). As peritagens sociais da família e sua importância. *Serviço Social & Sociedade*, (111), 544-573.

Borgianni, E. (2013). Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. *Serviço Social & Sociedade*, (115), 407-442.

Braga, M. S. (2021). *Impactos psicossociais do trabalho dos Assistentes Sociais durante a pandemia de COVID-19* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRASIL. (1993, 8 de junho). Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm

Brooks, S. K., et al. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920.

Carvalho, A. M. D. (2022). *Educação formal: perfil educacional e a relação com o ato infracional dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas durante a pandemia da doença covid-19 no Estado da Bahia*.

Cavalcanti, R. W. (2022). *Por entre labirintos: as barreiras e os desafios vivenciados pelas estudantes assistidas pelo programa de assistência estudantil dos cursos de engenharia da Universidade Tecnológica Federal Do Paraná-campus Curitiba*.

Conselho Federal do Serviço Social (CFESS). (1993). *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. CFESS.

Conselho Federal do Serviço Social (CFESS). (2014). *Atuação de Assistentes Sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão*. CFESS.

Conselho Federal do Serviço Social (CFESS). (2020). *Teletrabalho e serviço social: orientações em tempos de pandemia*. CFESS. https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-cfess.pdf

Conselho Federal do Serviço Social (CFESS). (2022). *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. CFESS. https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf

Chuairi, S. H. (2001). Assistência jurídica e serviço social: reflexões interdisciplinares. *Serviço Social & Sociedade*, (67), 7-37.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. (2024). *Justiça em números 2024*. Brasília: CNJ, 2024. 448 p.: il. ISBN: 978-65-5972-140-5

Costa, S. F. D. (2021). *Qualidade do serviço do Conselho Tutelar no contexto da pandemia do COVID-19 em Benjamin Constant, Amazonas*. https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5907

Coutinho, L. V. (2022). *A expansão do teletrabalho devido à pandemia e os impactos na saúde da trabalhadora*.

Cruz, C. M. N. (2023). *Pandemia da COVID-19 e pandemia silenciosa: as expressões de hierarquia de gênero na violência intrafamiliar*.

Cunha Júnior, E. A. (2022). A violência contra mulheres: o agravante da pandemia da covid-19. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(2), 279-304.

Dias, M. B. (2016). *Manual de direito das famílias* (11a ed.). Revista dos Tribunais.

Dias, J. D. L. C., & Graupe, M. E. (2023). A violência de gênero no cotidiano da professora no contexto da pandemia: uma revisão de literatura. In: HUGILL, M.S. et al (2023). *Sistema de justiça, gênero e diversidades*. Volume 3. UFSC & TJSC.

Espindola, B. (2021). *A atuação profissional das assistentes sociais na Penitenciária Estadual de Florianópolis e os impactos da pandemia*.

Fávero, E. T. (2004). *Serviço Social e questão social: fundamentos e práticas profissionais*. Cortez.

Fávero, E. T. (2013). O Serviço Social e o Judiciário: construções e desafios com base na realidade populista. *Serviço Social & Sociedade*, (115), 443-461.

Fávero, E. T. (2018). Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, (131), 51-74.

Fávero, E. T., Melão, M. J. R., & Jorge, M. R. T. (2008). *O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos* (3a ed.). Cortez.

Felix, V. M. R. L., et al. (2020). A atuação do Assistente Social no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro em tempos de pandemia COVID-19. *LexCult: Revista Eletrônica de Direito e Humanidades*, 4(3), 195-214.

Ferreira, G. K. A., Araújo, J. R., Castro, A. B. S., et al. (2023). Violência Contra a Mulher: uma análise durante a pandemia de covid 19. *Psicologia Jurídica Forense*.

Furtado, F. P., & Andriolli, C. (2021). Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(1), 66-93.

Gois, D. A., & Oliveira, R. C. S. (2019). *Serviço Social na justiça de família: demandas contemporâneas do exercício profissional*. Cortez.

Gomes, G. B. D. M. (2022). *A violência patrimonial e seus efeitos na vida das mulheres*.

Gomes, J. C. N. (2022). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes: desafios e estratégias de ações do profissional de Serviço Social na perspectiva de efetivação do direito à proteção social*.

Gomes, N. P. (2023). *Grupo Vid@ em Ação: Cuidado a pessoas em situação de violência no contexto da pandemia*. https://publicacoes.abennacional.org.br/wp-content/uploads/2023/03/C11-Nadirlene-Pereira-Gomes-.pdf

Guimarães, R. D. C. M. (2022). *Câmara de Resolução de Litígios de Saúde-CRLS: medidas de resoluções administrativas e fluxos de processos antes e durante a pandemia da COVID-19*.

Hecksher, M. (2020). Mercado de trabalho: A queda da segunda quinzena de março, aprofundada em abril. *IPEA - Carta de Conjuntura*, (47).

Iamamoto, M. V. (2002). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (5a ed.). Cortez.

Iamamoto, M. V. (2008). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* (2a ed.). Cortez.

Iamamoto, M. V. (2009). *O Serviço Social na cena contemporânea*. Cortez.

Itaboraí, N. R. (2020). *A pandemia desde a perspectiva das desigualdades entre e dentro das famílias: achados e agenda de pesquisas sobre as dimensões de classe, raça e gênero*.

Kolody, M. A., & Fiuza, M. D. R. (2023). *Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude: Interlocuções entre a Universidade e a Comunidade*.

Lanza, L. M. B., et al. (2021). Exercício profissional do(a) Assistente Social: problematizações dos impactos da pandemia covid-19. *Temporalis*, 21(41), 119-135.

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2003). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa desdobramentos*. EDUCS.

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2006). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa* (2a ed.). EDUCS.

Lima, M. A. M. (2022). *O impacto da pandemia da Covid-19 nos atendimentos no âmbito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte-PPCAAM*.

Lima, R. C. (2021). *Impactos da pandemia de COVID-19 no trabalho dos Assistentes Sociais* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Marques, S. F. (2020). *Violência doméstica contra a mulher e a pandemia de covid–19: um estudo sobre elementos intensificadores da violência conjugal em tempos de isolamento social*.

Moscovici, S. (2012). *A representação social da psicanálise*. Zahar.

Nakamura, B. (2022). *O Serviço Social em um ambulatório de atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em tempos de pandemia da covid-19: um relato de experiência*.

Nakano, T. D. C., Roza, R. H., & Oliveira, A. W. D. (2021). Ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões sobre seus impactos. *Revista e-Curriculum*, 19(3), 1368-1392.

Nova, A. V. (2022). *Serviço Social e psicologia no judiciário*. Cortez Editora.

Paula, V. D. (2022). *Abuso sexual intrafamiliar: particularidades da perícia social em Serviço Social nas Varas da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo*.

Piedade, A. I. T. (2020). *A Violência doméstica contra a mulher no estado do Pará, no contexto da pandemia da covid-19*.

Pismel, F. D. O. (1979). *O Encargo Judicial do Assistente Social em Vara de Família: estudo exploratório sobre a perícia social como elemento processual e modalidade técnica de intervenção do Serviço Social* [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Pocay, A., & Alpoin, E. (2006). *Quando falamos em família, de que família estamos falando? Contribuições do trabalho do/a Assistente Social na garantia de Direitos Sociais as novas configurações familiares* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Prime, H., Wade, M., & Browne, D. T. (2020). Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic. *American Psychologist*, 75(5), 631-643.

Queiroz, R. A. (2021). *Estratégias de enfrentamento ao crescimento da violência doméstica contra a mulher na Pandemia de COVID-19: revisão integrativa* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Faculdade Ari de Sá, Fortaleza.

Rios, L. F. (2020). *"Era uma vez... Memórias de um escutador de histórias interpelado pela pandemia da Covid-19"*.

Santos, C. M. (2016). *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social* (2a. ed.). Lumen Juris.

Santos, D. A. R., & Amaral, R. G. F. (2021). Os Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus na Formação e Atuação Profissional Da(o) Assistente Social: desafios postos ao estágio supervisionado e ao exercício profissional. *MOITARÁ-Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO*, 1(6), 43-60.

Santos, D. P. S. (2022). *A atuação do(a) Assistente Social no processo de adoção realizado através do teletrabalho durante a pandemia da Covid-19* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Santos, T. (2021). *Um Novo Olhar Sobre a Adoção: Em busca de uma análise crítica*.

Scherer, G. A., Valls, L. B., & Campos, L. T. P. (2020). *Gentrificação e juvenicídio: os impactos da divisão capitalista do espaço nos índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre*.

Schwantes, H., & Spengler, F. M. (2023). Perspectivas e desafios da mediação on-line enquanto política pública de acesso à justiça após o período pandêmico no Brasil. *Virtua jus*, 23(1), 1-15.

Serafim, T. T. (2023). *Alienação parental na pandemia da covid-19: uma análise jurisprudencial dos tribunais de do sul do Brasil*.

Silva, I. M., et al. (2020). Brazilian Families Facing the COVID-19 Outbreak. *Journal of Comparative Family Studies*, 51(3-4), 324-336.

Souza, B. R. D. (2021). *Serviço Social e Sistema de Justiça: significado social e processamento do trabalho de assistentes sociais*.

Sztjan, R., Vera, F. S., Nóbrega, F. F. B., & Sorrentino, L. Y. F. (2020). Contratos em Tempos de COVID-19. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 6(4), 2325-2389.

TJRJ. (2022). *Aviso CGJ 183/2022*. Corregedoria Geral da Justiça, Rio de Janeiro. https://www3.tjrj.jus.br/sophia_web/acervo/detalhe/290271

Trindade, R. L. P. (2012). Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos Assistentes Sociais nas políticas sociais. In C. M. Santos, S. Backx, & Y. Guerra (Orgs.), *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Editora UFJF.

Vitali, K. I., & Poltis, S. R. P. (2021). *Reflexões sobre a Intervenção Profissional do Assistente Social na Vara da Infância e Juventude: Desafios e Potencialidades*. http://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6274

Walsh, F. (2015). *Strengthening family resilience* (3a. ed.). Guilford Press.